



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.^a SL

Aos 17 dias do mês de julho de 2019, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 272/XIII/4.^a, relativa à reunião de 10 de julho de 2019
 2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2267/XIII/4.^a (BE) – Promoção e garantia da acessibilidade às pessoas com deficiência ao transporte ferroviário
 3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 611/XIII/4.^a – Solicitam o desenvolvimento das diligências necessárias ao imprescindível e urgente processo de participação qualificada do Estado Português no Capital Social dos CTT - Correios de Portugal
– Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)
 4. Votação de textos finais de projetos de resolução pendentes na Comissão
 5. Fixação de redações finais
 6. Deliberação sobre o relatório final da Petição n.º 635/XIII/4.^a – Solicita a adoção de medidas com vista à aplicação do artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que prevê que as taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação do subsolo não sejam refletidas nas faturas dos consumidores (10 subscritores)
 7. Outros assuntos
-



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.^a SL

1. Apreciação e votação da ata n.º 272/XIII/4.^a, relativa à reunião de 10 de julho de 2019

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu a votação a ata n.º 272/XIII/4.^a, relativa à reunião de 10 de julho de 2019, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 2267/XIII/4.^a (BE) – Promoção e garantia da acessibilidade às pessoas com deficiência ao transporte ferroviário

O Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE) apresentou a iniciativa, nos termos da sua exposição de motivos, tendo considerado imprescindível a existência de uma rede de transportes públicos com características que permitam o seu acesso a pessoas com deficiência. Lembrou, a este propósito a Lei n.º 38/2004, relativa ao regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação com deficiência, e as tentativas para melhorar os níveis de acessibilidade da rede de transporte ferroviário, bem como a Lei n.º 46/2006, que proíbe a discriminação em razão da deficiência e prevê diversos tipos de práticas discriminatórias, tendo defendido que a atuação da CP e da Infraestruturas de Portugal poderia ser enquadrada em práticas definidas em três alíneas do seu artigo 4.º. Finalmente, fez ainda referência ao Regulamento (CE) n.º 1371/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, sobre os direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários, tendo concluído, dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados André Pinotes Batista (PS) e Fátima Ramos (PSD).

O Senhor Deputado André Pinotes Batista (PS) considerou que, enquanto existir um muro e uma limitação não podemos dizer que já fizemos o suficiente, no entanto, prosseguiu, devemos reconhecer a evolução verificada ao longo dos últimos anos, nomeadamente pela CP e a IP. Afirmou que, no passado, não havia uma sensibilidade social e dos decisores políticos, mas, atualmente, isso tem sido colmatado. Face ao



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.^a SL

que era novo, considerou importante destacar que as novas unidades que estavam a ser adquiridas tinham a preocupação de garantir a acessibilidade de todos, passando-se o mesmo com os 70 comboios que estavam a ser arrançados até 2020 e com os 810 novos autocarros, que têm um novo *lay out* para o acesso e novas condições de transporte das pessoas com deficiência dentro do veículo. Referiu ainda a criação de um grupo de trabalho entre a Fertagus, a CP e a IP, para implementação das normas referidas nesta iniciativa. Concluiu, considerando que o que tem sido feito não era suficiente, mas estava a fazer-se tudo o que era possível e que estavam a ser dados os passos possíveis.

Pela Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) foi afirmado que para o PSD as questões da mobilidade eram essenciais e de grande importância e que era importante que todas as pessoas tivessem igualdade de oportunidades e isso aplicava-se também às pessoas com deficiência. Fez também uma referência à lei n.º 38/2004, tendo realçado que a sua aprovação tinha ocorrido numa altura em que o Governo era do PSD. Afirmou que, nos últimos quatro anos, o Governo, apoiado pelo BE, tinha prejudicado o investimento público, que tinha afetado tanto as pessoas com deficiência como as pessoas sem deficiência. Referiu que via estes projetos com bons olhos, tendo dado conta de diversas situações que levaram à deficiência e considerou que essas pessoas constituíam um exemplo de vida, por isso, o mínimo que o Estado devia fazer era contribuir para que, dentro daquilo que era possível, essas pessoas tenham igualdade de oportunidade.

Para encerrar a discussão, tornou a intervir o Senhor Deputado Jorge Falcato Simões (BE), para afirmar que, estar a fazer-se alguma coisa, não queria dizer que as coisas estivessem bem feitas. Lembrou que as instalações fixas, da responsabilidade da IP, já deviam estar adaptadas e o prazo para a sua adaptação já tinha terminado em setembro de 2004. Considerou que se faziam as coisas, mas faziam-se devagar. Referiu também prática discriminatória reiterada pela CP e a IP. Deu exemplo de uma pessoa em Beja, de cadeira de rodas, que não consegue apanhar autocarro ou embarcar no comboio, tendo questionado como conseguiria vir, por exemplo, a Lisboa. Concluiu, afirmando que, como Deputados, ou defendiam o cumprimento da lei ou a CP e a IP começariam a pagar coimas sempre que não permitissem a entrada de uma



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.^a SL

pessoa com deficiência na estação. Reiterou que não se podia continuar a discriminar as pessoas e havia soluções para isso.

Terminada a discussão, usou ainda da palavra, em interpelação à Mesa, o Senhor Deputado André Pinotes Batista (PS), para dizer que, a título pessoal, subscrevia integralmente a intervenção do orador antecedente.

3. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 611/XIII/4.^a – Solicitam o desenvolvimento das diligências necessárias ao imprescindível e urgente processo de participação qualificada do Estado Português no Capital Social dos CTT - Correios de Portugal – Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 611/XIII/4.^a, de forma circunstanciada, tendo destacado as diligências realizadas durante a sua apreciação.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE) e Emídio Guerreiro (PSD), bem como o Senhor Presidente, para cumprimentar o relator.

Submetido o relatório final a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PEV e do PAN.

4. Votação de textos finais de projetos de resolução pendentes na Comissão

O Senhor Presidente informou que tinha sido enviado à Comissão uma proposta de texto final relativo aos Projetos de Resolução n.os 1271/XIII/3.^a (PEV) – “Recomenda ao Governo um efetivo investimento no Metropolitano de Lisboa e um plano de expansão que sirva verdadeiramente as populações”, 1974/XIII/4.^a (PCP) – “Por uma expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa articulada com as necessidades de mobilidade da Área Metropolitana”, 2124/XIII/4.^a (PSD) – “Pela suspensão do Projeto de Expansão da linha Circular (Carrossel) do Metropolitano em Lisboa” e 2198/XIII/4.^a



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.^a SL

(BE) – “Recomenda ao Governo a expansão prioritária da rede de metropolitano ao concelho de Loures”, bem como uma proposta de alteração apresentada pelo BE, tendo dado a palavra ao Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) para a sua apresentação.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) explicou a proposta de alteração apresentada pelo BE, designadamente a modificação do título e do conteúdo referente aos pontos 1.3 e 1.4, a este propósito, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) que afirmou que a proposta de texto final apresentada incluiu o consenso do GP PCP e do GP PEV, contudo observou a ausência dos ditos GP’s na reunião e referiu que a matéria fulcral da resolução é a suspensão da linha circular do metro, também o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) destacou que a proposta de alteração apresentada pelo BE ocorreu após o início da reunião e referiu a necessidade de chegar a consenso entre todos os Partidos proponentes.

Os Senhores Deputados dialogaram, procedeu-se, então, à votação da proposta de texto final conjunto dos Projetos de Resolução n.os 1271/XIII/3.^a (PEV), 1974/XIII/4^a (PCP), 2124/XIII/4^a (PSD) e 2198/XIII/4^a (BE), com a inclusão parcial da proposta de alteração apresentada pelo BE, nos termos do respetivo [relatório de votações](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser consultado na página da iniciativa na Internet.

5. Fixação de redações finais

A redação final do texto relativo aos Projetos de Resolução n.os 1651/XIII/3.^a (PCP) – “Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros”, 1652/XIII/3.^a (PCP) – “Propõe medidas para o pleno aproveitamento do investimento na construção da ligação ferroviária Sines-Elvas (Caia) no âmbito do transporte de passageiros” e 1681/XIII/3.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo que adopte medidas que assegurem a paragem de comboios de mercadorias no Alentejo, nomeadamente em Évora, Vendas Novas e zona dos mármoreos (Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal), mas também, a utilização de toda a linha no âmbito do transporte de passageiros”, integrando as sugestões dos serviços, foi considerada fixada, sem votos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.ª SL

contra, bem como a redação final do texto relativo ao Projeto de Resolução n.º1939/XIII/4.º - “Programa Nacional de Investimentos 2030”, também foi fixada sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelos serviços.

6. Deliberação sobre o relatório final da Petição n.º 635/XIII/4.ª – Solicita a adoção de medidas com vista à aplicação do artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que prevê que as taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação do subsolo não sejam refletidas nas faturas dos consumidores (10 subscritores)

O Senhor Presidente da Comissão colocou o relatório final da Petição n.º 635/XIII/4.ª – Solicita a adoção de medidas com vista à aplicação do artigo 85.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que prevê que as taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação do subsolo não sejam refletidas nas faturas dos consumidores, à votação, que foi aprovado por unanimidade.

7. Outros assuntos

O senhor Presidente da Comissão colocou à consideração a apreciação e votação dos Pareceres na generalidade relativos aos Projetos de Lei n.os 583/XIII/2.ª (PCP) - “Assegura que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa de ocupação do subsolo não são repercutidas na fatura dos consumidores” e 961/XIII/3ª (PEV) – “Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo”, e à Proposta de Lei n.º 103/XIII/3ª (ALRAM) - “Terceira alteração do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia elétrica”, tendo dado a palavra ao Senhor Deputado Hugo Costa (PS) para a apresentação dos respetivos.

O Senhor Presidente da Comissão colocou à votação os Pareceres referentes aos Projetos de Lei n.os 583/XIII/2.ª (PCP) - “Assegura que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa de ocupação do subsolo não são repercutidas na fatura dos consumidores” e 961/XIII/3ª (PEV) – “Determina a não repercussão sobre os utentes das taxas municipais de direitos de passagem e de ocupação de subsolo”, e à



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.ª SL

Proposta de Lei n.º 103/XIII/3ª (ALRAM) - “Terceira alteração do Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro, que cria a tarifa social de fornecimento de energia elétrica”, que foram aprovados por unanimidade, e cumprimentou o Senhor Deputado Relator.

De seguida, o Presidente da Comissão lembrou a audição do Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da TAP. S.A., amanhã, às 17 horas.

Por fim, foi agendado a última reunião da Comissão, para fixação de redações finais e votação do relatório de atividades, a decorrer no dia 30 de julho, pelas 15 horas.

A reunião foi encerrada às 16:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2019.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 273/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
António Topa
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Emídio Guerreiro
Ernesto Ferraz
Fátima Ramos
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Moreira Testa
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
André Pinotes Batista
Fernando Manuel Barbosa
Jorge Falcato Simões
Liliana Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Coimbra

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Cristóvão Norte
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Paulo Rios de Oliveira